

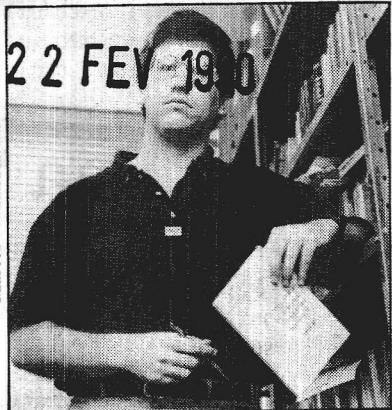
Campanha contra supersalários chega a Roma

JORNAL DA TARDE

O velho ditado “quem tem boca vai a Roma” parece funcionar muito bem. Pelo menos para a campanha do professor Marcos Peixoto, de fixação dos subsídios dos deputados federais em no máximo 20 salários mínimos, pois a partir de março será levada para a capital italiana pela jornalista brasileira Rita Mourão, que mora em Roma. Ela assumiu a responsabilidade de recolher assinaturas para o decreto legislativo entre os brasileiros eleitores que residem naquela cidade. Segundo Rita, ela tentará, entre líderes de movimentos italianos e até alguns parlamentares, elaborar uma forma de pressão para que a moralização na Câmara dos Deputados seja efetivada a partir desta iniciativa popular.

“Tenho acesso a algumas pessoas que têm peso político e podem enviar pedidos ao futuro governo neste sentido”, lembra a jornalista, que tem uma coluna na revista **Frigidaire**. Rita resolveu entrar na campanha logo depois que chegou ao Brasil e tomou conhecimento do “absurdo que é um salário dos parlamentares”. “No Parlamento italiano a remuneração, em proporção, é bem menor que aqui.” O que a levou a participar foi o conhecimento da diferença entre o que ganha um deputado e o salário mínimo (114 vezes, em janeiro), para Rita “uma desproporção muito grande”.

A jornalista espera que o sistema de lista de abaixo-assinados funcione no Brasil como funciona na Europa, “onde um **referendum** consegue, por exemplo, proibir a caça etc”. Aliás, ela se considera uma “rata de abaixo-assinados”, já que participa de todos os movi-



Marcos Fernandes/AB

Martins Filho vai levar campanha a Fortaleza

mentos europeus que são a favor da população, ecologia, entre outros: “E tenha certeza que os brasileiros que moram em Roma ajudarão nesta campanha, pois todos estão informados do que se passa com o Brasil. Na época das eleições havia reuniões de vários gru-

pos, representando os partidos políticos, que colocavam todos a par do processo. Então, há consciência”.

Rita também usará sua coluna para divulgar o movimento e até ensaiou o texto: “Os ventos do Leste Europeu avançaram e chegaram até o Brasil...” Ela se refere à existência no País de algumas vozes que “estão se levantando contra os interesses particulares dos parlamentares, que é o seu próprio bolso”. Ela acredita que ainda “falta, no Brasil, mais pessoas como o professor Marcos Peixoto”, que assumam iniciativas como esta, mas lembra que este é o começo e confia na aprovação do Decreto Legislativo.

Fortaleza adere

As listas de abaixo-assinados que pedem a fixação dos salários dos deputados chega, na próxima



Diga não aos parlamentares que legislam em causa própria

De acordo com a nova Constituição, os cidadãos, organizados, têm o poder de propor decretos legislativos. O professor Marcos Peixoto e seus alunos precisam de 820 mil assinaturas para apresentar ao Congresso um decreto legislativo que congele os atuais salários dos deputados federais e senadores - hoje, de NCz\$ 243.578,90 mil por mês - , até que a inflação os traga de volta ao valor de 20 salários mínimos, que

hoje valem cerca de NCz\$ 40 mil. A partir de então, 20 salários mínimos passam a ser o teto dos salários dos parlamentares.

O fim do abuso dos altos salários dos parlamentares só será possível com a sua participação. Ligue para (011) 852.6281 para saber como exercer o seu direito ou vá pessoalmente à sede do movimento à rua Capote Valente, 487/9º andar - Pinheiros, São Paulo.

semana, a Fortaleza. O advogado Luiz Dias Martins Filho, que está de passagem por São Paulo, não conseguiu ficar à parte do movimento e se uniu ao professor Marcos Peixoto nesta campanha.

Segundo Martins Filho, esta é uma forma de a população participar efetivamente e não só apenas criticar a atuação do governo. No entanto, o advogado vê alguns empecilhos para aprovação do decreto e um deles é a assinatura de pelo menos um deputado, para que o documento se transforme em projeto de lei. “Como a Constituição prevê que a remuneração dos parlamentares cabe somente a eles, ou seja, legislam em causa própria, fica um pouco difícil. Mas também acho que pelo menos um deles, de moral e honestidade comprovada, deverá subscrever o abaixo-assinado. Sendo assim, o projeto de lei será encaminhado como se fosse o próprio deputado que tivesse pedido”, explica.

Por considerar absurdo o artigo da Constituição que dá direito a “eles mesmos decidirem quanto vão ganhar” é que Martins resolveu aderir ao movimento e coordenar a campanha em seu Estado. “Tenho bons contatos no Jornal **O Povo** e na **Tribuna do Ceará** e tenho certeza que eles farão a divulgação do decreto legislativo”. Mas ele afirma que mesmo que o decreto não seja aprovado, “funcionará como um **lobby** e um lobby muda muita coisa no País. Os países desenvolvidos usam este argumento para realizar quase tudo. O caminho é esse mesmo. A idéia do professor Peixoto é ótima e pelo que sei tudo está caminhando para a aprovação”.